

# Jornal do CFC

Informativo do Conselho Federal de Contabilidade



Brasília-DF – ano 10, nº 88 – julho/agosto de 2007 – distribuição gratuita

## Evento

# CFC e STN organizam o I Seminário Internacional de Contabilidade Pública

Pág. 3

Pág. 4

Saiba como será  
o 18º Congresso  
Brasileiro de  
Contabilidade

Pág. 10

Concluído o  
anteprojeto  
que reformula  
o DL n.º 9.295/46



## Nesta Edição

2 Editorial

5 Curso para fiscais

5 II Encontro Jurídico

6 Artigo

7 Supersimples

7 Projeto CReCER

8 Fenacon tem  
novo presidente

9 CPC

9 Homenagem

11 Anpcont/Enecic

12 Balanço Social

# Plenário do CFC

## Presidente

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

## Vice-presidentes

Contador Enory Luiz Spinelli  
Contador Antonio Augusto de Sá Colares  
Contador Luiz Carlos Vaini  
Contador Adeildo Osório de Oliveira  
Contador José Martonio Alves Coelho  
Contador Juarez Domingues Carneiro  
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante

## Conselho Consultivo

Ynel Alves de Camargo  
Olívio Koliver  
Antônio Lopes de Sá  
Sérgio Approbato Machado  
Antonio Carlos Nasi  
José Serafim Abrantes  
José Maria Martins Mendes  
João Verner Jueneemann  
Alcedino Gomes Barbosa  
José Martonio Alves Coelho

## Conselheiros Efetivos

Contador Adeildo Osório de Oliveira  
Contador Antônio Augusto de Sá Colares  
Contador Enory Luiz Spinelli  
Contador Francisco Fernandes de Oliveira  
Contador Hugo Rocha Braga  
Contador João de Oliveira e Silva  
Contador José Martonio Alves Coelho  
Contador José Wagner Rabelo Mesquita  
Contador Juarez Domingues Carneiro  
Contadora Jucileide Ferreira Leitão  
Contadora Luci Melita Vaz  
Contador Luiz Carlos Vaini  
Contador Marcelo do Nascimento França  
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim  
Contador Nelson Zafra  
Contador Sebastião Célio Costa e Castro  
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante  
Contadora Verônica Cunha de S. Maior  
Téc. em Contab. Bernardo R. de Souza  
Téc. em Contab. Doracy Cunha Ramos  
Téc. em Contab. Grimaldi G. Dantas  
Téc. em Contab. José Augusto C. Sobrinho  
Téc. em Contab. José Lopes C. Branco  
Téc. em Contab. José Odilon Faustino  
Téc. em Contab. Miguel Angelo M. Lara  
Téc. em Contab. Paulo Luiz Pacheco  
Téc. em Contab. Pedro Miranda

## Conselheiros Suplentes

Contador Antonio Carlos Dóro  
Contador Amândio Ferreira dos Santos  
Contador Carlos Henrique Menezes Lima  
Contador Cláudio Morais Machado  
Contador Delmiro da Silva Moreira  
Contadora Eulália das Neves Ferreira  
Contador Francisco Assis de Souza  
Contador José Antonio de França  
Contador José Correa de Menezes  
Contador José Félix de Souza Júnior  
Contadora Marly das Graças A. Tocantins  
Contador Nelson Monteiro da Rocha  
Contador Orismar Parreira Costa  
Contador Reginaldo Luís Pereira Prates  
Contador Rivaldo Costa Sarmento  
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias  
Contador Sérgio Faraco  
Contador Wellington do Carmo Cruz  
Téc. em Contab. Aluizio Pires de Oliveira  
Téc. em Contab. João Valdir Stelzer  
Téc. em Contab. Luiz Auto Faniini  
Téc. em Contab. Mauro Manoel Nóbrega  
Téc. em Contab. Mário R. de Azevedo  
Téc. em Contab. Paulo Roberto Campion  
Téc. em Contab. Paulo Viana Nunes  
Téc. em Contab. Ronaldo Marcelo Hella  
Téc. em Contab. Vivaldo Barbosa A. Filho

# Editorial

## Palavra da Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim

Aproxima-se a Semana da Pátria, momento propício para uma reflexão mais profunda sobre a nossa nacionalidade, especialmente para tomarmos o rumo do exercício pleno da cidadania. É tempo de avaliar responsabilidades pessoais e coletivas; de discernir, assumindo o que compete a cada um, sejamos nós líderes ou liderados, governantes ou governados. É tempo de cobrar políticas públicas e contribuir para sua eficácia. Devemos, já, trocar a vereda pelo caminho real, que passa longe das extremidades alienantes. O traçado do eixo que interessa à Nação, seguramente, mantém equidistância entre os pessimismos mórbidos e os ufanismos ilusórios. A virtude acha-se no meio, assim ensinavam os antigos.

A foto de capa desta edição do Jornal do CFC é emblemática. Sua leitura pode ser feita sob muitos aspectos. Vêem-se mastros – apontados para frente e para o alto – em posição de alerta, num desfile multicolorido de várias bandeiras, com destaque para o auriverde do Pavilhão Nacional.

O vocábulo “bandeira” é riquíssimo de significado. Desde a mais remota época, em todos os recantos da Terra, a sua conotação cívica remete ao torrão natal, lembrando a pátria-mãe. Em outra conotação, bandeira é sinônimo de ideais, metas e interesses comungados por partidos políticos, grupos organizados ou facções diversas. Cada instituição tem as suas bandeiras.

O Conselho Federal de Contabilidade não seria diferente. Em primeiro lugar, conforme pode ser visto no Plenário do CFC, tem-se a representação de todas as Unidades Federativas nas vinte e sete flâmulas que ladeiam a Bandeira Brasileira, reverenciando-a. Esse painel cívico, em si, sintetiza o ideal dos nossos ideais: unir, permanentemente, as forças de todos os contabilistas atuantes neste imenso País, para fazermos juntos a grandeza da classe contábil nacional. Em decorrência, muitas outras bandeiras, permanentes ou circunstanciais, concretas ou virtuais, estarão sempre sendo levantadas para a consecução dos objetivos magnos do Sistema CFC/CRCs.

Neste mesmo Jornal, o leitor tomará conhecimento de eventos e atividades que bem podem ser tidos como bandeiras, a nos conchamar para a sua realização, cada uma delas com seu foco, ora mais abrangente, ora mais espe-

cífico. Todas, sem nenhuma exceção, voltadas para o bem comum da classe, em sintonia com os interesses maiores da sociedade.

Na matéria que trata do “I Seminário Internacional de Contabilidade Pública”, o leitor acompanhará o esforço do CFC, por meio de um competente grupo técnico, há três anos empenhado na normatização da Contabilidade Pública no Brasil, compatibilizando-a com os avanços apresentados por outros países. Essa busca de um novo paradigma no controle dos recursos públicos será objeto de debates no referido Seminário. Este, uma parceria com o Ministério da Fazenda, num trabalho envolvendo Tribunais de Contas e Secretarias da Fazenda Estaduais, tem por objetivo fortalecer a Contabilidade Pública dos Governos da União, dos Estados e dos Municípios. Sem dúvida, essa é uma grande bandeira a ser defendida por todos os contabilistas brasileiros.

A um ano da sua realização, já a bandeira do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade tremula no espaço, desafiando a imaginação dos seus coordenadores e a capacidade de mobilização do Sistema CFC/CRCs, para manter uma tradição que só enriquece essa conquista, qual seja fazer sempre maior e melhor cada nova edição do Evento Magno da Contabilidade Brasileira.

Outras lutas concentram-se no desenvolvimento dos quadros funcionais, a exemplo do Curso de Capacitação e Especialização em Auditoria para Fiscais e do II Encontro dos Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs.

Empunhada há décadas, já pelos pioneiros guarda-livros, a regulamentação profissional, seguramente, foi a maior conquista da classe contábil. A legislação em vigor, entretanto, está defasada, carecendo de ajustes à realidade do presente, que assegurem as demandas futuras da profissão. A nova Lei de Regência é uma bandeira e tanto!

Que o espírito cívico do “7 de Setembro” nos inspire sempre maior amor à Pátria Brasileira e – parafraseando um ilustre estadista – nos disponha a pagar o preço da liberdade com a permanente vigilância.



Idelfon Calasancio

## Expediente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC  
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF  
TEL: (61) 3314-9600 - FAX: (61) 3314-9514  
[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br) - [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

## Jornal do CFC

Ano 10 - Nº 88 - julho/agosto 2007  
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fabrício Santos - DF 2887JP  
REDAÇÃO: Fabrício Santos e Maristela Giroto  
PROJETO GRÁFICO: Simone Silva e Marcus Hermeto  
DIAGRAMAÇÃO: Igor Outeiral  
REVISÃO: Maria do Carmo Nóbrega e Patrício Noronha  
COLABORAÇÃO: Rosângela Bekman e Patrícia Vieira  
ANÚNCIOS: Tel: (61) 3314-9513  
[comsocial@cfc.org.br](mailto:comsocial@cfc.org.br)  
Tiragem: 70.000 exemplares

repec

Acesse o site [www.repec.org.br](http://www.repec.org.br)  
e conheça a Revista de Educação  
e Pesquisa em Contabilidade

# Reunião no Ministério da Fazenda define o I Seminário Internacional de Contabilidade Pública

Em reunião realizada no dia 12 de julho, no Ministério da Fazenda, com a presença do secretário executivo da pasta, Nelson Machado; da presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim; e do coordenador-geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Paulo Henrique Feijó da Silva, foi definida a realização do I Seminário Internacional de Contabilidade Pública. Com data prevista para o período de 26 a 28 de novembro, o evento será uma realização conjunta dos órgãos e irá comemorar os 20 anos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal, além de apresentar o trabalho que o CFC vem desenvolvendo em relação à normatização da Contabilidade Pública no Brasil, bem como a realidade e evoluções ocorridas em outros países sobre Contabilidade Governamental.

A reunião contou também com a presença da conselheira do CFC Verônica Souto Maior e dos professores Domingos Pobel de Castro e José Francisco Ribeiro Filho, membros de um grupo de estudo do Conselho Federal de Contabilidade. Composto por profissionais de notável conhecimento na área pública, esse grupo vem trabalhando, há três anos, na elaboração de Normas Brasileiras de Contabilidade voltadas à área pública, bem como de um projeto de lei que visa complementar a Lei n.º 4.320/64, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.



O secretário executivo do MF, Nelson Machado; a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; e o coordenador-geral de Contabilidade da STN, Paulo Henrique Feijó da Silva

Apresentar ao secretário executivo do Ministério da Fazenda um balanço desse trabalho foi um dos principais objetivos da reunião. Além disso, a presidente do CFC aproveitou a ocasião para convidar Nelson Machado a ampliar a parceria com o CFC, visando fortalecer a contabilidade pública nos governos Federal, Estaduais e Municipais. Outros assuntos que estiveram em pauta foram a ampliação no relacionamento entre o CFC e o Ministério da Fazenda com estados e municípios, nos temas que envolvam exigências técnicas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e maior aproximação entre o CFC e

a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em relação às normas para consolidação das contas públicas.

“Queremos convidar o Ministério da Fazenda para conhecer e colaborar com o grupo de estudos do CFC na elaboração do projeto de lei que venha a ampliar o aspecto da Contabilidade que está faltando na Lei n.º 4.320/64”, bem como na elaboração das normas da área de Contabilidade Pública”, afirmou Maria Clara Cavalcante Bugarim. Segundo ela, o objetivo do Conselho é que seja feita uma legislação que realmente atenda aos interesses de toda a sociedade.

O secretário Nelson Machado deixou claro que há interesse do Ministério da Fazenda em fortalecer a Contabilidade Pública. No entanto, ele demonstrou interesse em conhecer os modelos que estão sendo aplicados em outros países. A partir daí, ele sugeriu a realização de um seminário internacional que apresentasse, principalmente aos membros dos Tribunais de Contas e das Secretarias de Fazendas dos Estados, o que está sendo feito em termos de contabilidade pública no Brasil e em outros países.

## Seminário

A partir da sugestão do secretário executivo do Ministério da Fazenda, uma segunda reunião foi realizada, neste dia 12, na Secretaria do Tesouro Nacional, para definir a realização do I Seminário Internacional de Contabilidade Pública. O Seminário será realizado pelo Ministério da Fazenda em conjunto com o CFC. Organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) serão convidados a participar. Além disso, deverão compor o quadro de palestrantes membros da *International Federation of Accountants* (IFAC), entre outras instituições internacionais de contabilidade.

O coordenador-geral de Contabilidade do Tesouro Nacional, Paulo Henrique Feijó da Silva, destacou que a aproximação com o CFC será bastante proveitosa para a contabilidade governamental, principalmente em relação à padronização das normas, pois o Conselho Federal de Contabilidade tem um papel isento de interesses.

Além do I Seminário Internacional de Contabilidade Pública, discutiu-se ainda a realização de treinamentos nos estados por meio de parceria da STN com o CFC.



Representantes do CFC participam de reunião na STN para acertar a realização do Seminário

# CFC institui Comitê Científico do 18º CBC

A presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim, instituiu, por meio da Portaria n.º 057/07, o Comitê Científico do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC). O evento, que irá ocorrer de 24 a 28 de agosto de 2008, em Gramado (RS), contará, na composição desse Comitê, com a seguinte equipe de professores – todos doutores em Contabilidade –, para a avaliação dos trabalhos inscritos: Valcemiro Nossa (coordenador do Comitê), Marcelle Colares Oliveira, Márcia Martins Mendes de Luca, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Ilse Maria Beuren, Roberta Carvalho de Alencar, Carlos Renato Theóphilo,



Valmor Slomski, Fábio Moraes da Costa, Vinícius Aversari Martins, Ernani Ott e Francisco José dos Santos Alves.

Considerado o maior evento contábil do País, o Congresso Brasileiro de Contabilidade ocorre a cada quatro anos e é organizado pelo CFC, em conjunto com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). A 18ª edição do evento terá como tema principal “Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento”. A expectativa dos organizadores é de receber, aproximadamente, quatro mil participantes e centenas de trabalhos de pesquisadores de todos os estados brasileiros. Haverá premiação para os cinco melhores trabalhos científicos apresentados.

Paralelamente à programação do evento, irão acontecer vários fóruns e, além disso, haverá uma Feira de Negócios e Oportunidades, na qual serão montados cerca de 120 estandes de empresas interessadas em expor seus produtos e serviços para os profissionais, empresários da contabilidade e estudantes. A participação no 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade garantirá dez pontos no Programa de Educação Profissional Continuada do Sistema CFC/CRCs.

Serão aceitos trabalhos que se enquadrem no temário abaixo, elaborados individualmente ou em conjunto, conforme as regras estabelecidas pelo Comitê Científico do Congresso. Informações completas sobre as inscrições e a apresentação dos trabalhos estarão disponíveis em breve no site do Congresso.

Mais informações no site: [www.congressocfc.org.br](http://www.congressocfc.org.br)



## Temário dos Trabalhos

- Teoria da Contabilidade
- Contabilidade e Governança Corporativa
- Tecnologia e Sistemas de Informações
- Planejamento e Controle Empresarial
- Contabilidade de Custos
- Auditoria e Perícia
- Contabilidade Tributária
- Contabilidade Governamental
- Contabilidade Internacional
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Pesquisa e Ensino em Contabilidade
- Temas Livres

## Programação preliminar

- 24 de agosto (domingo)**  
 14h – Credenciamento/entrega de material aos congressistas  
 20h – Sessão Solene de Abertura  
 21h – Coquetel de boas-vindas
- 25 de agosto (segunda-feira)**  
 13h30 às 19h30 – Apresentação de trabalhos e painéis  
 Noite livre
- 26 de agosto (terça-feira)**  
 13h30 às 19h30 – Apresentação de trabalhos e painéis  
 Noite livre
- 27 de agosto (quarta-feira)**  
 13h30 às 19h30 – Apresentação de trabalhos e painéis  
 21h – Jantar de encerramento
- 28 de agosto (quinta-feira)**  
 13h30 às 18h – Apresentação de palestras  
 19h – Sessão solene de encerramento

## Programação dos fóruns, sempre no horário das 10h às 12h:

- 25/8/2008**  
 I Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil
- 25 e 26/8/2008**  
 VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis
- 26/8/2008**  
 3º Fórum Nacional de Entidades Sindicais da Área Contábil  
 I Fórum de Gestão e Controle do Terceiro Setor
- 27/8/2008**  
 2º Fórum Nacional da Mulher Contabilista
- 28/8/2008**  
 VII Fórum Brasil dos Estudantes de Ciências Contábeis,  
 2º Fórum Nacional dos Empresários da Área Contábil e  
 III Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis

## Prolatino é cancelado

O IX Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino), que estava previsto para acontecer em Brasília (DF), de 19 a 21 de setembro de 2007, foi cancelado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O motivo foi a indisponibilidade do Centro de

Convenções Ulysses Guimarães, onde ocorreria o evento, por parte da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, embora o espaço já estivesse anteriormente contratado pelo CFC. Uma nova data para a realização do Prolatino está sendo estudada pelo Conselho.

# Curso fornece capacitação e especialização em auditoria para fiscais

Promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com apoio do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), o Curso de Capacitação e Especialização em Auditoria para Fiscais do Sistema CFC/CRCs foi realizado de 2 a 13 de julho, no auditório do CRCSP.

“Devemos estar atentos às exigências do mercado e desenvolver aptidões”, afirmou o vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Enory Luiz Spinelli, na abertura do evento.

Participaram do curso inspetores do CFC e fiscais dos Conselhos Regionais de Contabilidade que possuem no cadastro o maior número de organizações de auditoria e que já vêm desenvolvendo trabalhos neste sentido, principalmente no controle da Educação Continuada Obrigatória dos auditores. O curso contou ainda com a participação de inspetores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Ao lado dos vice-presidentes do CRCSP Sérgio Prado de Mello (de Administração e Finanças), Domingos Orestes Chiomento (Fiscalização) e Cláudio Avelino Mac-Knight

Filippi (Desenvolvimento Profissional), Enory Spinelli destacou, na abertura do curso, o fato de o treinamento ter sido preparado com a finalidade de aperfeiçoar os fiscais. “Trata-se de uma diretriz da gestão da presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim, que tem enfatizado a necessidade de se investir na educação continuada interna, focando em primeiro plano a fiscalização, principalmente em razão da mudança do perfil da profissão, hoje calcada na tecnologia da informação, gestão corporativa, arquivos digitais, etc”, afirmou o vice-presidente do CFC.

Para Enory Spinelli, esse treinamento foi uma iniciativa que visou agregar valor ao papel da fiscalização do Sistema CFC/CRCs frente ao mercado de trabalho e à sociedade. “A ca-

pacitação de fiscais especialistas na área de auditoria é uma demanda que surgiu em função do incremento do mercado de capitais, assim como da necessidade de se promover maior credibilidade e transparência às informações contábeis”, completou.

Com a carga horária de 80 horas/aula, o conteúdo programático do curso abordou as Normas Brasileiras de Contabilidade; Aplicação Prática de Experiências do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE); Teoria da Contabilidade; Ética; Relações Comportamentais e Postura do Fiscal do CRC; e Auditoria Externa (planejamento, sigilo, termos e técnicas, testes, papéis de trabalho, relatórios e pareceres), entre outros temas, proporcionando aos participantes habilidades humanísticas e conhecimentos aplicáveis na área de auditoria externa.

No encerramento do curso, houve uma visita a uma empresa de auditoria, como forma de os participantes



Grupo de fiscais que participou do curso, em São Paulo (SP)

visualizarem aspectos funcionais, qualidade nos controles, sigilo e segurança dos papéis de trabalho. Até 31 de agosto, os fiscais deverão apresentar trabalho de conclusão do curso, com a finalidade de sintetizar o aprendizado e aprimorar os termos de verificação utilizados nas diligências em seus Conselhos.

“Nesse tipo de iniciativa ganham o sistema e os profissionais, pois a qualidade funciona como um alimento da valorização profissional. Esperamos que cada participante, em conjunto com o seu CRC, desenvolva as ações, dentro da melhor técnica e da ética que a profissão requer”, afirmou Enory Spinelli, no encerramento do curso.



## II Encontro dos Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs

O II Encontro dos Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs foi realizado no dia 5 de julho, no plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília. Além da equipe da Coordenadoria Jurídica do CFC, participaram representantes de 25 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), entre advogados, diretores e presidentes de Conselhos. O evento deste ano foi direcionado a assessores jurídicos e outros profissionais dos CRCs, em função do tema: Eleições 2007.

A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, falou aos presentes na abertura do Encontro e destacou a importância do trabalho que vem sendo promovido na área jurídica, sempre visando congregar as ações do Sistema CFC/CRCs. “O nosso setor jurídico deve estar sempre

integrado, no sentido da colaboração, pois hoje temos um foco, sabemos que direção seguir”, afirmou.

Ao lado do vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Enory Luiz Spinelli, a presidente do CFC falou a respeito da evolução na gestão das diversas áreas da instituição e citou o exemplo da Fiscalização, que vem atuando com vistas à prevenção. Ainda, Maria Clara ressaltou a importância do Encontro: “Este momento mostra a nossa evolução, porque conseguimos reunir os nossos profissionais jurídicos com a finalidade de melhorar nosso trabalho”.

O principal objetivo do II Encontro dos Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs foi discutir a organização e a reavaliação dos procedimentos relativos ao processo eleitoral de

2007, visando garantir a uniformidade de entendimento e de procedimentos em nível nacional, tendo em vista a aprovação das Resoluções CFC n.º 1.094 e 1.095/07.

A eleição no CFC e nos CRCs para a renovação de um terço da

composição plenária será realizada nos dias 8 e 9 (CFC) e 22 de novembro (CRCs). O processo eleitoral do Sistema está previsto no Decreto-Lei n.º 1.040/69, regulamentado pela Resolução CFC n.º 1.095/07.



O advogado Pedro Miranda; o diretor executivo do CFC, Dorgival Benjuno da Silva; a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; o vice-presidente de Fiscalização do CFC, Enory Luiz Spinelli; e o coordenador jurídico do CFC, Rodrigo Magalhães

# A Contabilidade Simplificada da ME e EPP

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar n.º 123/06 –, contemplou este segmento com um tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, que inclui o Simples Nacional, também denominado de Supersimples.

O cálculo do valor devido, mensalmente, será efetuado com base em cinco tabelas aplicáveis sobre as receitas de cada atividade da empresa: comércio, indústria ou prestação de serviços. As alíquotas das tabelas estão definidas por faixa de receita bruta total acumulada, em todas as atividades, nos últimos doze meses anteriores à apuração. Assim, para calcular o valor mensal do Simples Nacional, é necessário, inicialmente, apurar a receita bruta total acumulada nos doze meses anteriores para definir a alíquota de cada tabela que será aplicada sobre a receita da respectiva atividade.

Para facilitar o cálculo, estará disponível no Portal do Simples Nacional uma planilha eletrônica a partir da qual será emitida a guia para o recolhimento mensal. A planilha será preenchida com os dados da ME e EPP, em relação às receitas anteriores e do respectivo mês. O correto preenchimento da planilha depende de um eficiente controle sobre os valores que devem ser informados, inclusive das receitas que poderão ser deduzidas da base de cálculo, como as derivadas de exportação ou do regime de substituição tributária. No caso de prestação de serviços existem atividades em que o total da folha de salários e seus encargos terão que ser informados, porque influenciam na determinação do valor do Simples Nacional a recolher.

Assim sendo, é necessário que a empresa mantenha registros fiscais e contábeis que permitam o levantamento dos valores a considerar no cálculo do Simples Nacional, o que somente é possível com a contabilidade completa, que inclui o Livro Diário.

A escrituração apenas do Livro Caixa e dos Livros Fiscais não fornecerá todos os elementos exigidos para o cálculo do Simples Nacional, porque não permite o registro de diversos fatos econômicos e financeiros. A constituição dos direitos e obrigações derivados de compras e vendas a prazo e de outras operações econômico-financeiras somente podem ser registradas no Livro Diário, pois as entradas e saídas do Livro Caixa se referem apenas aos valores pagos ou recebidos.

“

A escrituração correta do Livro Caixa representa em torno de 90% do trabalho de uma contabilidade completa, não se justificando a dispensa do livro Diário, sob o pretexto de simplificar os procedimentos contábeis.

”

O artigo 27 da referida Lei Geral admite que a ME ou EPP poderão adotar a Contabilidade Simplificada, que seria regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN. No entanto, ao regulamentar as obrigações acessórias das ME e EPP optantes pelo Simples Nacional, a Resolução n.º 10 CGSN/07 não fez referência à contabilidade simplificada e exigiu a escrituração do Livro Caixa, com toda a movimentação financeira e bancária, e dos livros fiscais listados em seu artigo 3º. Assim, pode ser entendido que a Resolução n.º 10 CGSN regulamentou apenas a escrituração exigida para efeitos fiscais, citada no artigo 26 da LC n.º 123/06, pois não mencionou a contabilidade simplificada admitida, opcionalmente, no artigo 27, que ainda precisa ser regulamentada.

É importante ressaltar que o Código Civil, aprovado pela Lei n.º

10.406/02, nos artigos 1.179 a 1.195, estabeleceu as normas relativas à escrituração dos livros comerciais obrigatórios, por contabilista habilitado, além do levantamento anual do balanço e da demonstração do resultado, que devem ser lançados no Diário, livro considerado indispensável pelo artigo 1.180 do mesmo Código.

A única exceção a esta exigência é admitida no § 2º do artigo 1.179 para o pequeno empresário, citado no artigo 970 do mesmo Código Civil, e que foi confirmada pelo artigo 68 da Lei Complementar n.º 123/06 ao estabelecer que a dispensa da escrituração contábil completa se aplica apenas ao empresário individual com receita anual até R\$36.000,00.

Assim, na interpretação da Lei Complementar n.º 123/06 não se pode entender que a Contabilidade Simplificada, admitida no artigo 27, não estaria submetida às normas sobre escrituração contábil completa previstas no Código Civil.

Desta forma, a Contabilidade Simplificada, admitida na Lei Geral da ME e EPP, poderá adotar procedimentos e demonstrações contábeis simplificados, mas que atendam aos citados dispositivos do Código Civil, nos quais estão alicerçadas as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Para atender ao disposto no artigo 27 da Lei Geral Complementar n.º 123/06, o CFC nomeou uma Comissão de Contabilistas para opinar sobre o que poderia ser considerado como Contabilidade Simplificada, sem ferir as Normas e Princípios de Contabilidade, o Código Civil e as demais leis comerciais vigentes.

A Comissão enfatizou que, dentro de sua atribuição legal de fiscalização do exercício da profissão de Contabilista, o CFC editou várias Resoluções definindo e aprovando

os Princípios Gerais e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e recomendou a emissão de uma NBC sobre Contabilidade Simplificada para a Micro e Pequena Empresa.

O principal argumento para manter a exigência dos registros e controles de todas as operações realizadas e levantar, anualmente, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, é que a ME e EPP precisam escriturar o Livro Diário, não podendo adotar somente o Livro Caixa e os livros fiscais citados na Resolução n.º 10 CGSN, que atendem apenas aos aspectos fiscais. A escrituração correta do Livro Caixa representa em torno de 90% do trabalho de uma contabilidade completa, não se justificando a dispensa do livro Diário, sob o pretexto de simplificar os procedimentos contábeis.

É importante enfatizar também que a contabilidade completa, ainda que de forma simplificada, é um instrumento de proteção da sociedade porque fornece as informações sobre todas as operações e a situação financeira e patrimonial da empresa, preservando os direitos e interesses de terceiros, como os sócios e seus sucessores, empregados, fornecedores, entidades financeiras, credores em geral, inclusive o fisco. Além disso, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, que somente podem ser lançados no Livro Diário, são documentos indispensáveis para o acesso ao crédito, que a Lei Geral da ME e EPP pretende estimular para promover o desenvolvimento dos pequenos negócios.



Divulgação

**Marta Arakaki**

Contabilista e advogada especializada em tributação, membro da Comissão CFC sobre Contabilidade Simplificada e vice-presidente de Pequenas e Médias Empresas da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

# CFC, Fenacon e Sebrae se reúnem com o Comitê Gestor do Simples Nacional

A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; o presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon; representantes do Sebrae; e a técnica em contabilidade e advogada tributarista Marta Arakaki reuniram-se com o secretário executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), Silas Santiago, no dia 4 de julho, para discutir a Contabilidade Simplificada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

“Queremos demonstrar o nosso compromisso com a sociedade”, afirmou. A presidente enfatizou ainda que a Contabilidade é um instrumento de proteção da sociedade e precisa demonstrar a real situação financeira e patrimonial das empresas.

## Ofícios

Na oportunidade, a presidente do CFC entregou um ofício para o secretário Silas Santiago, com as

sugestões emanadas pelo Grupo de Trabalho do CFC, criado para essa finalidade. Maria Clara disse que o CFC está empenhado em contribuir com o CGSN, visando regulamentar a Contabilidade Simplificada.

O documento apresentado ressalta que a Resolução CGSN n.º 10, de 28 de junho de 2007, exige apenas a escrituração do Livro Caixa e de diversos livros fiscais, não se referindo à Contabilidade Simplificada, que ainda precisa ser regulamentada.

Para o Grupo de Trabalho do CFC, a contabilidade completa, ainda que de forma simplificada, traz mais benefícios ao micro e ao pequeno empresário do que a simples utilização do Livro Caixa, que não permite o registro de fatos importantes, como os direitos e as obrigações, nem o levantamento das Demonstrações Contábeis que reflitam a situação patrimonial e



O secretário executivo do CGSN, Silas Santiago, recebe sugestões do CFC, Fenacon e Sebrae

financeira da empresa, indispensáveis para a obtenção de créditos e a preservação dos interesses gerados pelas operações realizadas.

A presidente do CFC colocou à disposição do CGSN a contribuição da equipe de especialistas na área contábil, que compõe o Grupo de Trabalho, para prestar esclarecimentos acerca do assunto.

Além desse documento, também foi entregue ao Comitê Gestor um ofício da Fenacon, assinado em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade, solicitando a prorrogação do prazo de migração pelas empresas ao novo regime tributário, para que elas pudessem sanar eventuais pendências impeditivas da opção pelo Simples Nacional.

## Conferência Regional sobre Contabilidade e Auditoria - 1<sup>st</sup> CReCER

A primeira edição da Conferência Regional sobre Contabilidade e Auditoria (1<sup>st</sup> CReCER Regional Conference), patrocinada pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela International Federation of Accountants (IFAC),

foi realizada entre os dias 13 e 15 de junho, no México. A sigla CReCER é acrônimo do projeto Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional.

A delegação brasileira presente no evento contou com a participação da

presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e de representantes do Banco Central do Brasil (BCB), do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e de vários outros órgãos.

Diante da importância dos temas tratados na Conferência, os membros da comitiva motivaram-se para a realização do Projeto no Brasil. Para discutir essa possibilidade e traçar suas estratégias, no dia 5 de julho foi realizada uma reunião na sede do CFC. Estiveram presentes, além de Maria Clara Cavalcante Bugarim, o presidente e a diretora de Assuntos Técnicos do Ibracon, Francisco Papellás Filho e Ana Maria Elorrieta; o representante do Banco Central, Renato Kiyotaka Uema; a conselheira do CFC Verônica Cunha de Souto Maior e a coordenadora da área Técnica do CFC, Célia Schwindt.

O 1<sup>st</sup> CReCER Regional Conference teve como principal objetivo promover uma maior conscientização sobre a importância das boas práticas

de informações financeiras e de auditoria para o desenvolvimento de uma economia de mercado e para um setor público eficiente.

Em março deste ano, quando visitou o CFC, o presidente da IFAC, Fermín Del Valle, convidou Maria Clara Cavalcante Bugarim para fazer uma apresentação na Conferência Regional. Assim, os principais programas desenvolvidos pelo CFC, como, por exemplo, o de Educação Profissional Continuada, do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) e o de Excelência na Contabilidade, entre vários outros, foram apresentados aos participantes do 1<sup>st</sup> CReCER.

O vice-coordenador da Coordenação de Relações Internacionais do Comitê de Pronunciamento Contábeis, Irineu De Mula, fez a apresentação do CPC, demonstrando todo o funcionamento do Comitê, sua criação, objetivos, as entidades que o compõem e os organismos governamentais que mantêm representação na entidade.



Comitiva brasileira que participou 1<sup>st</sup> CReCER Regional Conference, realizado do México, em junho

# Valdir Pietrobon assume a presidência da Fenacon

O empresário contábil paranaense Valdir Pietrobon, 54 anos, é o novo presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon). No dia 1º de julho, ele assumiu o mandato de três anos à frente da entidade criada em 1991 para defender os interesses de milhares de empresas contábeis do País.

Na gestão que se encerrou em 30 de junho de 2007, a Fenacon era presidida por Carlos José de Lima Castro. Atualmente, o ex-presidente é representante efetivo da Fenacon na Confederação Nacional do Comércio (CNC). Os vice-presidentes da entidade para o triênio 2007 a 2010 são: Institucional, Antônio Maragon; Região Sudeste, Guilherme Bottrel Pereira Tostes; Região Sul, Luiz Antônio Martello; Região Nordeste, Adelvani Braz da Silva; Região Centro-Oeste, Antonino Ferreira Ne-

ves; e Região Norte, Carlos Alberto do Rego Correa.

“Vamos dar continuidade aos projetos já iniciados”, afirmou Pietrobon, anunciando que uma das



suas prioridades será dar maior visibilidade às ações da entidade e mostrar à sociedade a importância que a atividade contábil tem para a economia do Brasil. Além disso, o novo presidente da Federação citou outras metas, como o apoio ao desenvolvimento dos sindicatos em todo o País, o incremento da atividade da Fenacon como entidade certificadora digital e a busca de novas parcerias, assim como o estreitamento das já existentes. “A parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma das principais que nós temos”, citou Pietrobon.

O novo presidente destaca que a entidade, em função do trabalho que vem desenvolvendo nos últimos anos, conseguiu tornar-se conhecida e respeitada no Congresso Nacional, participando diretamente da discussão de importantes temas nacionais. Ele cita como exemplo a aprovação

da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada pelo presidente da República em dezembro de 2006. “Essa lei foi um grande avanço, mas sabemos que ela não é perfeita, por isso vamos continuar a trabalhar, no Congresso Nacional, juntamente com os nossos parceiros, para buscar as melhorias necessárias”, garantiu.

Pietrobon também afirma haver grande disposição da Fenacon em batalhar pela reforma tributária no Brasil: “É a única saída, senão a informalidade vai tomar conta desse país, porque os impostos são altos demais”. Além da reforma tributária, ele reconhece a necessidade de haver também uma modernização na legislação trabalhista.

Pietrobon se mostra confiante no futuro da profissão contábil. “A classe contábil vai ter um peso cada dia maior, principalmente para aqueles profissionais que estudam e têm vontade de crescer”, diz o novo presidente da Fenacon.

## Livro vai contar a história da Contabilidade e dos 60 anos do CFC

Em 2006, a classe contábil brasileira comemorou os 60 anos da edição do Decreto-Lei n.º 9.295/46, que regulamentou a profissão no País e instituiu os Conselhos Federal (CFC) e Regionais de Contabilidade (CRCs). Com a finalidade de comemorar o jubileu de diamante e, principalmente, de contribuir para o registro da história da Contabilidade no Brasil, o CFC decidiu iniciar um projeto que vai culminar na publicação de um livro, cujo lançamento está previsto para novembro de 2007.

Uma comissão foi instituída pela presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim para realizar o trabalho. Segundo a coordenadora da comissão, Célia Schwindt, o livro será dividido em dois volumes. O primeiro está sendo escrito pelo professor Antônio Lopes de Sá, considerado um dos maiores escritores da Contabilidade em língua portuguesa de todos os tempos, e irá tratar da história das Ciências Contábeis no País, desde o Descobrimento até os dias atuais.

O segundo volume está sendo escrito por vários autores e irá recuperar a história do Conselho Federal de Contabilidade nessas seis décadas de existência. Em alusão a esse período, o número seis vai nortear toda a evolução do texto. Assim, serão tratadas seis grandes iniciativas dos CFC, seis personalidades da área e vários outros itens. A finalidade maior é trazer a mensagem da história, do hoje e também projeções sobre o futuro da classe.

O livro não vai mostrar uma visão estanque do CFC enquanto órgão fiscalizador da profissão, mas trará uma abordagem do Conselho integrado a três aspectos, que são as esferas do exercício profissional, da organização política da classe e da Contabilidade enquanto ciência.

De modo geral, o livro, com os seus dois volumes, irá contextualizar os aspectos históricos e as muitas conquistas da classe. “Queremos passar esse legado para as gerações futuras”, afirmou a coordenadora da comissão.



Sede do CFC, em Brasília (DF)

Acácio Pinheiro

# CFC, CPC e IASB organizam Encontro Latino-Americano

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o *International Accounting Standards Board* (Iasb) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vão realizar o Encontro Latino-Americano sobre Normas Internacionais de Contabilidade, que terá como tema “Os desafios da convergência”. O evento será nos dias 11 e 12 de setembro, no auditório do CFC, em Brasília.

Segundo os organizadores, o Encontro tem a finalidade de enfatizar os desafios que vêm sendo enfrentados pelos países da América Latina no processo de convergência. Além disso, o evento objetiva discutir os caminhos encontrados e os benefícios potenciais a serem gerados por esse processo. A expectativa é que esta seja uma grande oportunidade de troca de informações entre os participantes dos diversos países, assim como entre representantes dos governos e de seus órgãos reguladores. Aca-

dêmicos e profissionais da contabilidade também são esperados para o evento.

O Encontro Latino-Americano sobre Normas Internacionais de Contabilidade será aberto no dia 11 de setembro, às 14 horas, pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim. Em seguida, haverá a palestra magna com o *chairman* do Iasb, David Tweedie.

A programação prevê ainda uma apresentação do CPC; trabalhos em grupos sobre os projetos de IFRS Pequenas e Médias Empresas, de Estrutura Conceitual Básica e o Projeto Iasb sobre Seguros; palestra sobre a situação mundial; exposição sobre as experiências de implantação, na visão do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e, ainda, a realização da palestra “Problemas e suporte quanto à educação, traduções e aspectos legais”.

## Realizadas primeiras audiências públicas conjuntas do CPC e CVM

Os Pronunciamentos CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” – e CPC 02 – “Conversão de Demonstrações Contábeis” –, editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foram disponibilizados em audiência pública conjunta entre o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O prazo se encerrou em 31 de julho. O próximo pronunciamento a ser colocado em audiência pública conjunta será “Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis”.

As audiências públicas conjuntas passaram a ser adotadas a partir da publicação da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 520, de 15 de maio de 2007 – que dispõe sobre a audiência pública e a aceitação pela CVM dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Esses foram os dois primeiros pronunciamentos do Comitê, que iniciou seus trabalhos oficialmente em agosto de 2006. O CPC é formado por membros da Associação

Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

O objetivo da audiência pública em conjunto é evitar a duplicidade de esforços e acelerar o processo de aprovação de normas contábeis, possibilitando que o público interessado possa se manifestar a respeito da mudança na sistemática atual com a introdução do modelo de audiência pública única pela CVM e pelo CPC. A divulgação simultânea, por meio das páginas da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e do CPC ([www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)) na internet, amplia a capacidade de atingir os diversos segmentos da sociedade interessados em opinar no processo de adoção das normas contábeis internacionais pelo ambiente brasileiro.

## Presidente do CFC é homenageada no IPA

O Centro Acadêmico de Ciências Contábeis do Centro Universitário Metodista IPA (CACCIPA) homenageou, na noite do dia 18 de junho, a presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim. O evento ocorreu no prédio A do Campus Central – Unidade IPA, em Porto Alegre.

Maria Clara, que é natural de Alagoas, esteve presente na cerimônia e, emocionada, agradeceu a homenagem. “O momento é muito importante para mim. Estou lisonjeada e feliz em ter um centro acadêmico com o meu nome. É muito gratificante e, particularmente, me estimula a continuar lutando em prol da classe contábil”, declarou.

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Rogério Rokembach, também esteve presente à solenidade e discursou aos alunos da instituição.

“Vocês escolheram muito bem a homenageada. Maria Clara tem um excelente currículo”, garantiu.

Segundo a coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da instituição, professora Neusa Monser, o centro acadêmico tem ótimas propostas. “Estes alunos representam uma geração muito comprometida, e isso é muito importante. Eles querem ajudar a qualificar o curso, produzir eventos e estão preocupados mesmo com a qualidade da formação. Esta é a característica diferenciada dos alunos do IPA”, afirmou.

A partir de agora o CACCIPA passa a se chamar oficialmente Centro Acadêmico de Ciências Contábeis Maria Clara Cavalcante Bugarim. O evento foi organizado por integrantes do centro acadêmico juntamente com a coordenação do curso.



A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, em homenagem ocorrida em Porto Alegre (RS)

Assessoria de Imprensa da Rede Metodista de Educação do Sul

# Concluído anteprojeto que reformula Lei de Regência da profissão

Após analisar as sugestões apresentadas durante a segunda audiência pública, realizada de 10 de maio a 15 de junho, a Comissão Nacional instituída pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) finalizou o texto do anteprojeto de reformulação do Decreto-Lei n.º 9.295/46. Nas próximas semanas, o anteprojeto será encaminhado à presidente do



Membros da Comissão Nacional em reunião, no CFC

CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, que deverá analisá-lo e submetê-lo ao Plenário do CFC e à tramitação na Câmara dos Deputados.

A finalização do texto ocorreu durante reunião dos membros da Comissão Nacional, realizada nos dias 12 e 13 de julho, na sede do CFC. Para o coordenador da Comissão, José Antônio de Godoy, a segunda audiência pública veio consolidar algumas posições anteriormente detectadas, quando da ocorrência da primeira audiência pública, disponibilizada nos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007. Nas duas ocasiões em que o anteprojeto de lei foi submetido à audiência pública, a participação dos contabilistas e demais interessados se deu por

meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) de todo o Brasil.

Godoy avalia que nesse processo de elaboração do anteprojeto que altera a Lei de Regência da profissão contábil, as audiências públicas, enquanto instrumentos democráticos de participação popular, cumpriram plenamente o seu papel. “Principalmente, as audiências públicas foram importantes na discussão dos aspectos mais polêmicos da proposta de reformulação do Decreto-Lei, que são as eleições nos Conselhos, o provisionamento dos técnicos em contabilidade e a formação de sociedade exclusiva de contadores ou com a participação de outras profissões regulamentadas”, afirmou.

## Sugestões acatadas

Segundo Godoy, na reunião de julho foram analisadas todas as sugestões apresentadas nas audiências públicas. A seguir, ele relaciona os principais pontos que foram acatados e incluídos no anteprojeto:

- Eleição dos conselheiros e presidentes do CRCs pelo voto direto dos profissionais.
- Eleição dos conselheiros do CFC pelo voto direto dos profissionais.
- Eleição do presidente do CFC pelo seu plenário.
- Provisionamento do técnico em contabilidade como contador, mantidos os direitos atuais, sem que esse profissional tenha mecanismo de assumir todas as prerrogativas profissionais.
- Possibilidade de os contadores constituírem sociedade com outros profissionais de profissão regulamentada, desde que detenham mais de 50% do Capital.

## Audiência debate exame de proficiência pelos conselhos profissionais

Foi realizada, na Câmara dos Deputados, uma audiência pública para tratar da conveniência e da oportunidade da edição de uma lei geral dispendo sobre a atividade de fiscalização a cargo dos conselhos profissionais e, ainda, sobre a exigência de exame de proficiência como condição para o exercício profissional. A audiência foi realizada no dia 21 de junho, a pedido do deputado federal Fernando Coruja (PPS/SC), para quem o assunto sobre os exames é de suma importância para a sociedade: “Precisamos discutir com mais profundidade a respeito das profissões”.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) foi representado pela vice-presidente de Administração, Sílvia Mara Leite Cavalcante, e pelo

professor Oscar Lopes de Oliveira, que foi o primeiro a expor a experiência de um conselho de classe sobre o exame de proficiência. “Desde que foi criado, o Exame de Suficiência já aprovou mais de 70 mil profissionais que estão atuando no mercado de trabalho”, afirmou. Segundo ele, é obrigação não só do CFC, mas de todos os órgãos de classe, fiscalizar a profissão que os rege.

O CFC tem como objetivo orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil. “O Conselho quer ver no mercado profissionais capacitados e que passem credibilidade para a sociedade”, revelou o professor, que é membro da Comissão do Exame de Suficiência do CFC.

Outros representantes de conse-

lhos de classe também participaram da audiência, como o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Cezar Britto Aragão; o representante do Conselho Federal de Medicina, Pedro Pablo; e o presidente do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, José Euclides Poubel e Silva.

Segundo o presidente do Fórum dos Conselhos, o problema não está na realização do exame. “O que não podemos aceitar é que ele seja realizado isoladamente”, afirmou. Já o deputado



Profª Oscar Lopes da Silva (ao centro), representante do CFC, durante audiência

federal Edmar Moreira (DEM-MG) disse que a responsabilidade de cobrar qualidade nos cursos não é dos órgãos fiscalizadores e, sim, do Ministério da Educação. “O MEC tem a obrigação de agir como órgão responsável pela qualidade dos cursos que são abertos no País”, destacou o deputado.

# I Congresso da Anpcont discute pesquisa em Ciências Contábeis

Com o lema “A pesquisa na evolução das Ciências Contábeis”, foi realizado o I Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont), em Gramado (RS), de 17 a 19 de junho. O evento contou com o patrocínio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da PriceWaterhouse Coopers, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de várias empresas, além do apoio de Instituições de Educação Superior (IESs), como Unisinos, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Universidade de São Paulo (USP).

A abertura do I Congresso da Anpcont ocorreu no dia 17. A mesa de honra foi composta pelos seguintes membros da entidade: professor Fábio Frezatti (presidente), professora Ilse Maria Beuren (diretora científica) e professor Jorge Katsumi Nyiama (diretor administrativo-financeiro). Também participaram da solenidade a presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim; o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Rogério Rockembach; o pró-reitor de Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), professor Célio Pedro Wolfarth; e o coordenador do programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Unisinos, professor Ermani Ott.



Rogério Rockembach, Enory Luiz Spinelli, Fábio Frezatti, Maria Clara Cavalcante Bugarim e José Martonio Alves Coelho

No discurso de abertura, a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, ressaltou que a união de todos fortalece a profissão. Para ela, a contabilidade se tornará mais forte quando o País possuir vários núcleos de mestrado e de doutorado. Por isso, acrescentou que o CFC está comprometido em apoiar a Anpcont, com o propósito de “formarmos novos profissionais cada vez mais aperfeiçoados”.

Em seguida, ocorreu a palestra do professor Lee Radebaugh, da empresa KPMG e diretor-associado do Programa de *Master of Business Administration* (MBA) da Brigham Young University, de Utah (Estados Unidos). Suas titulações de mestrado e de doutorado ocorreram pela Indiana University; e bacharelado em Contabilidade, pela Brigham Young University.

## Temas e premiação

O I Congresso da Anpcont concentrou as discussões em quatro temas: Controladoria e Contabilidade Gerencial, coordenado pelo professor Marcos Antonio de Souza (da Unisinos); Contabilidade para Usuários Externos, sob a coordenação do professor Natan Szuster (da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ); Mercado Financeiro, de Crédito e de Capitais, coordenado pelo professor Fábio Moraes da Costa (da Fucap Business School); e Educação e Pesquisa em Contabilidade, com a coordenação do professor Gilberto Andrade Martins (da Universidade de São Paulo – USP).

Em cada um dos quatro temas do Congresso, foi premiado um trabalho. Na área de Controladoria e Contabili-

dade Gerencial, destacou-se a pesquisa de Maria Ivanice Vendruscolo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), com o título “Gerenciamento de Preços em Empresas de Pequeno Porte por Meio do Custo Variável e do Método de Monte Carlo”.

Os autores Adolfo Henrique Coutinho e Silva e Moacir Sancovschi, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Valmor Slomski, da Universidade de São Paulo (USP), foram os premiados na área de Contabilidade para Usuários Externos, com o trabalho “Mudanças de Práticas Contábeis em Empresas Privatizadas: Estudo de Casos no Segmento de Serviços Públicos de Distribuição de Gás”.

Já na área de Mercado Financeiro, de Crédito e de Capitais foram premiados os autores Humberto Costa Zendersky, do Banco Central do Brasil, e Edwin Pinto De La Sota Silva, da Universidade de Brasília (UnB). Eles apresentaram o trabalho intitulado “O Gerenciamento de Resultados no Sistema Financeiro Brasileiro”.

Na área de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Vera Maria Rodrigues Ponte, Marcelle Colares de Oliveira, Heber José de Moura e João Victor Barbosa, todos da Universidade de Fortaleza (Unifor), foram premiados pelo trabalho “Análise das Metodologias e Técnicas de Pesquisas Adotadas nos Estudos Brasileiros sobre *Balanced Scorecard*: um Estudo dos Artigos Publicados no Período de 1999 a 2006”.

## XXI ENECIC reúne dois mil estudantes

De 15 a 19 de julho, cerca de dois mil estudantes participaram do XXI Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis – ENECIC, em Salvador (BA).

O encontro, considerado um dos maiores já realizados para estudantes universitários de Ciências Contábeis, teve como objetivo promover a discussão entre profissionais, professores e estudantes sobre a educação em Contabilidade aplicada nas várias vertentes da Ciência Contábil.

Na solenidade de abertura do

Encontro, ocorrida no dia 15, representantes de vários segmentos da Contabilidade que compuseram a mesa de honra foram incisivos em afirmar aos participantes a importância da ética, da educação continuada e da responsabilidade da profissão em prol da sociedade.

Para a presidente da Comissão Nacional de Integração Estudantil do CFC, Jucileide Ferreira Leitão, o encontro teve repercussão positiva no meio acadêmico. “Os estudantes discutiram questões de relevância nacio-

nal, como o gerenciamento da gestão pública”, revela. Segundo Jucileide, no Encontro os estudantes buscaram agregar mais conhecimentos à profissão contábil. “A nossa preocupação é mostrar para os gestores a importância do papel do profissional da contabilidade para o Brasil”, afirma.

Além da conselheira Jucileide – que representou a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim –, participaram da abertura a coordenadora-geral do XXI ENECIC, Germane Sacerdote; a contadora Ma-

ria Constança Carneiro Galvão, vice-presidente de Administração do CRC-BA; o coordenador do CACIC/UNEB e presidente da Executiva Regional dos Estudantes de Ciências Contábeis do Nordeste – EXERECIC/NE, André Luís Barbosa do Santos; o presidente da Federação Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (FENECIC), Joelmarx Oliveira Sobrinho; a pró-reitora de extensão da UNEB, Adriana Mármori; e a professora Mônica Moreira Torres, pró-reitora de graduação da UNEB.

## Setembro

Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
X 12	X 13	X 14	X 15	16	17	18
19	X 20	X 21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

**12 a 14 de setembro de 2007**  
 XI Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul  
**Local:** Parque de Eventos e Desenvolvimento de Bento Gonçalves (RS)

**13 a 15 de setembro de 2007**  
 XIX Convenção dos Contabilistas do Espírito Santo  
**Local:** Faculdade Unilinhares - Linhares (ES)  
**Inscrições:** [www.ascol-es.org.br](http://www.ascol-es.org.br)

**20 e 21 de setembro de 2007**  
 VI Convenção de Contabilidade do Mato Grosso  
**Local:** Cuiabá (MT)

## Acontece no CFC

# CFC lança o Balanço Social 2006

Na reunião plenária do dia 29 de junho, a presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional, Juarez Domingues Carneiro, apresentaram aos conselheiros da instituição o Balanço Social 2006. Essa foi a segunda edição consecutiva da edição e publicação do documento, que apresenta todas as práticas sociais e ambientais desenvolvidas pelo CFC, seja em âmbito interno ou externo.

“O Balanço Social demonstra as ações que ratificam o nosso compromisso com a responsabilidade social, traduzindo o pensamento e a preocupação do CFC com a sociedade e com o meio

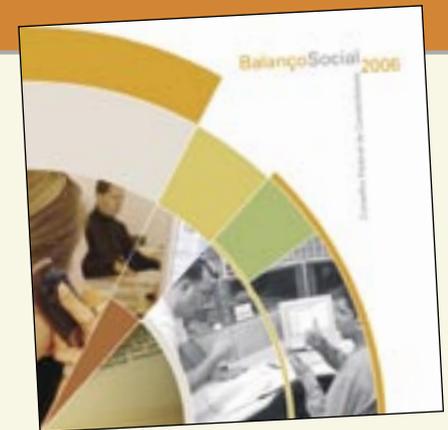
ambiente”, afirmou Maria Clara, durante o lançamento do Balanço Social 2006. Ela parabenizou todos os membros da comissão instituída para elaborar o documento, a qual é coordenada por Juarez Domingues Carneiro. Além disso, a presidente do CFC também destacou o trabalho de outra comissão, a de Responsabilidade Socioambiental, coordenada pela vice-presidente de Administração, Silvia Mara Leite Cavalcante, que desenvolve muitas das ações presentes no Balanço Social.

Segundo o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional, o documento recém-lançado é um exemplo a ser seguido por outras instituições que queiram implantar práticas sociais e ambientais.



Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Carneiro Domingues; e a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, durante o lançamento do Balanço Social 2006

### O documento



O processo de incorporação da política de responsabilidade social na gestão do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, com resultados direcionados à sociedade como um todo, sem deixar de lado a sua missão principal, que é desenvolver a profissão contábil.

Elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 3.7 e NBC T 15 –, o documento apresenta informações contábeis, administrativas, financeiras, sociais e ambientais. Todas as informações, referentes ao ano de 2006, foram estruturadas em quatro partes: 1. *Gestão Institucional*: apresenta as atividades do CFC, a estrutura física, o perfil do Sistema CFC/CRCs e uma síntese do trabalho das vice-presidências; 2. *Gestão de Pessoas*: relata o empenho do CFC em relação ao seu corpo funcional, o número de funcionários, os cursos oferecidos, o nível de escolaridade, a integração e os benefícios; 3. *Gestão Social*: traz os projetos, os programas e as ações de natureza social em prol da categoria contábil e da sociedade; e 4. *Balanço Social em Dados*: parte constituída por pesquisas de satisfação e de insatisfação do quadro funcional e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, além de demonstrativo de natureza contábil, financeira e social.

No dia 21 de setembro de 2006, o CFC lançou o seu primeiro Balanço Social. Na ocasião, a presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim afirmou que a publicação passaria a ser anual e que, com essa medida, o Sistema CFC/CRCs estava engajando “a totalidade de seus dirigentes, conselheiros e servidores num esforço sistemático, de modo a servir de paradigma, de referência nacional, tanto no cumprimento de suas obrigações quanto na apresentação do Balanço Social”.



Seja um assinante da  
**REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE**  
 Acesse o site [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br) e faça a sua assinatura *on-line*.

Você pode ainda ligar gratuitamente para 0800-611946, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas ou enviar um fax (61) 3226-6547.

